



INDICADORES PARA MEDIR A INFLAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Ao se debruçar sobre dados do setor e criar dois indicadores de inflação do agronegócio – o índice de custos de produção (IICP) e o de preços recebidos (IIPR) –, a assessoria econômica da Federação da Agricultura do Estado (Farsul) reforça seu argumento em discussão antiga. Até onde vai o impacto do preço ao produtor no valor dos alimentos para o consumidor?

Ao cruzar os dois indicadores e compará-los com o Índice de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA), a conclusão do economista-chefe da entidade, Antônio da Luz, é de que “as variações dos preços pagos ao produtor não são determinantes para o valor que o consumidor paga”. Ou seja, não são definitivos para a inflação dos alimentos.

– Esses índices servem para a sociedade entender que, quando está pagando mais pelo alimento, isso não reflete o preço recebido pelo produtor – afirma o presidente da Farsul, Carlos Sperotto.

O argumento vem dos números. No

acumulado de 2014, os preços recebidos pelo produtor acumularam queda de 6,72%. O IPCA Alimentos, no mesmo período, registrou alta de 8,03%. Então, o que está deixando os alimentos mais caros nas gôndolas dos supermercados? Além das questões macroeconômicas, itens como salários, energia elétrica, combustível e carga tributária estão pesando na composição dos preços finais, afirma o economista:

– O estudo reforça que tentar rebaixar o preço de produtos agrícolas para controlar a

inflação simplesmente não funciona.

E é aí que entra a história do argumento. Em 2013, com oferta de trigo restrita nos tradicionais parceiros do Mercosul – o Brasil não é autossuficiente –, o governo federal isentou a tarifa externa comum de 10% cobrada para comprar o cereal de países de fora do bloco. A decisão tinha como justificativa a preocupação com a inflação.

Os índices calculados pela Farsul seguem a mesma metodologia do IPCA e terão divulgação mensal.

SEM ESTICAR A EXPOINTER

A Secretaria da Agricultura veio com a proposta. O pedido era para que se considerasse a possibilidade de esticar por mais um dia a Expointer deste ano, que vai de 29 de agosto a 6 de setembro. Com isso, a feira se encerraria no feriado de 7 de setembro, segunda-feira, dando oportunidade extra para o público urbano.

Por ora, as associações de raça acham melhor ficar do jeito que está. Em reunião realizada ontem, mostraram-se contrárias à ampliação do evento realizado no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. Um dos principais argumentos é a questão dos custos. Manter os animais fora de casa não é nada barato – tanto que isso tem impactado as inscrições da feira nos últimos anos.

CANETAÇO PELA EMATER

A assinatura do governador José Ivo Sartori completou o documento que será entregue na próxima semana, nos dias 26 e 27, em Brasília, em defesa da manutenção da filantropia da Emater. Deputados e entidades já tinham assinado. A entrega do texto foi resolução de audiência pública realizada recentemente.

– A situação está sub judice e, agora, precisamos de ação política para reverter o quadro – diz Adolfo Brito (PP), presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia.

NO RADAR

SUPERSAFRA não é sinônimo de alta lucratividade para o agricultor. Comparação entre os índices de custo de produção e de preços recebidos (veja texto acima) mostra que em 2014 houve alta de 7,72% no primeiro e queda de 6,72% no segundo. Trocando em miúdos, o produtor desembolsou mais e recebeu menos, perdendo rentabilidade.



IMAGEM: G. B. B. / 2014/2015

PRODUÇÃO COM CREDENCIAL

Resultado do esforço empenhado por iniciativa pública e privada, a certificação que o Rio Grande do Sul irá receber na próxima semana da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), de zona livre de peste suína clássica, se converterá em credencial para o mercado global. E deve ajudar o Rio Grande do Sul a ganhar mais espaço nas exportações brasileiras – hoje, é o segundo no ranking, atrás de Santa Catarina. A cerimônia de entrega faz parte do roteiro que o governador José Ivo Sartori irá cumprir na Europa a partir da próxima segunda-feira.

Os catarinenses, aliás, estarão ao lado dos gaúchos para receber o reconhecimento internacional. Serão os dois únicos do país a ter a certificação da OIE. Nacionalmente, o Brasil reconhece 15 Estados e o Distrito

Federal como zona livre.

– Os compradores internacionais devem olhar de forma diferente para a produção desses dois Estados – entende Rogério Kerber, presidente do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa), sobre o status a ser concedido pela organização internacional.

Ao lado dos órgãos oficiais, a entidade, que é privada, desenvolveu trabalho para alcançar a condição de zona livre. O último caso da doença no Rio Grande do Sul foi em 1991.

A certificação só não ajuda a escancarar para o Rio Grande do Sul portas fechadas por outros motivos. Países como Japão e Estados Unidos, por exemplo, adotam como critério outra certificação: a de zona livre da febre aftosa, sem vacinação. A condição é atendida atualmente apenas por Santa Catarina.

Juntos, Rio Grande do Sul e Santa Catarina respondem por 70% dos embarques de carne suína brasileira. Em solo gaúcho, a cadeia movimentou mais de

US\$ 13 bilhões

no ano passado, quando foram embarcadas 118 mil toneladas de carne suína.

Especialize-se!

PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

MATRÍCULAS ABERTAS

Enfermagem em Neonatologia

Gestão Estratégica de Farmácias

CENTRO EDUCACIONAL
SÃO CAMILO

51 3386.9318
www.saocamillo-rs.br